

editorial

A 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil aconteceu entre os dias 8 e 18 de março. A SOF, como secretaria executiva da MMM no país, contribuiu efetivamente com a realização deste grande desafio, um marco para o movimento feminista brasileiro. Afinal, foi a primeira experiência de mobilização de dez dias, organizada somente por mulheres em todos os seus aspectos. Além de contribuir para o fortalecimento do feminismo, a marcha lançou uma plataforma política que aponta para a construção de um país e um mundo livres da desigualdade e opressão machistas.

A plataforma se baseia em quatro campos de ação: bens comuns e serviços públicos, autonomia econômica das mulheres, violência contra a mulher e paz e desmilitarização. Esses eixos foram relacionados à realidade das mulheres brasileiras, consolidando um instrumento político que propõe alternativas ao atual modelo para garantir a igualdade entre homens e mulheres.

Essa é a visão de feminismo que deve ser debatida com a sociedade brasileira neste período eleitoral. Trata-se de um momento decisivo, em que deve ser feito um debate político aprofundado, que diferencie e posicione claramente cada candidatura. Para nós, está colocado o desafio de fazer com que o feminismo seja incorporado na disputa de projetos que marca as eleições, a partir de propostas que caminhem no sentido apontado pela plataforma política da MMM.

Essa discussão é fundamental e urgente, diante de mais uma ofensiva dos setores conservadores. Além das recentes ações de criminalização das mulheres que realizam abortos, enfrentamos agora a proposta do Estatuto do Nascituro, que retrocede nos poucos direitos já conquistados pelas mulheres em relação à interrupção da gravidez por estupro ou risco de vida para a mãe. Temos, portanto, muito trabalho pela frente. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

As Semprevivas



As comemorações do 8 de março contribuem para a formação de uma identidade do movimento feminista

A importância do 8 de Março para a luta das mulheres

*Nalu Faria**



Lançado recentemente, por meio de uma parceria entre a SOF¹ e a editora Expressão Popular, o livro *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*, de Ana Isabel

Álvarez González, faz um resgate histórico do 8 de março. A autora parte da necessidade de desvendar as origens dessa celebração e resgatar a memória das mulheres que fizeram parte dessa história. Para isso, fez uma pesquisa que remonta ao incêndio de uma fábrica têxtil nos Estados Unidos, ao movimento em defesa

do voto feminino, e à Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em 1910, em Copenhague, em que foi proposta a organização de um dia internacional dedicado à luta das mulheres. Em comum, os episódios descritos, e muitos outros que estão no livro, têm o protagonismo das mulheres trabalhadoras, que ousaram liderar greves – algumas só de mulheres – sair às ruas para defender o direito ao voto e enfrentar todo o tipo de discriminação machista, inclusive dentro de seus próprios movimentos e organizações.

Quando as comemorações do Dia Internacional das Mulheres ganharam fôlego novamente, após os anos 1960, muitas versões foram contadas, e os acon-

continuação da capa

tecimentos e motivações que deram origem ao 8 de Março ficaram submersos. Assim, retomar o sentido da comemoração do Dia Internacional das Mulheres é recuperar parte da história de luta das mulheres, de alguns dos seus debates mais importantes, e do esforço das militantes socialistas para convencer suas organizações políticas da centralidade da luta pela libertação das mulheres.

Ana Isabel relata a permanente tensão das militantes socialistas para que as organizações e partidos da classe trabalhadora incorporassem as reivindicações das mulheres. Tensão que aponta para a necessidade de organização delas no interior da esquerda e para a construção do movimento autônomo de mulheres. A história do Dia Internacional das Mulheres traz o debate da difícil construção da luta pela igualdade entre mulheres e homens no conjunto da esquerda, ao mesmo tempo em que mostra os limites da luta feminista quando esta não se insere na busca de transformações estruturais das relações sociais e econômicas. A opressão das mulheres não surge com a sociedade de classes, mas em todas as formações sociais homens e mulheres foram reinseridos segundo sua classe. A desigualdade entre mulheres e homens se remodela, favorecendo a dominação masculina ao combinar as relações sociais de sexo com a dominação de classe. A luta das militantes feministas socialistas, com os distintos instrumentos teóricos e políticos da cada época, é marcada pelo esforço de construir as condições para uma transformação integral das relações sociais. Isso exige uma elaboração teórica e uma ação política que altere os estreitos limites de como a esquerda ainda enxerga a luta das mulheres.

Ao se tornar referência no mundo inteiro, o 8 de Março cumpre um importante papel. Em um movimento tão amplo e disperso como o feminismo, a construção de um calendário de lutas pode ser decisiva para a mobilização e formação de uma identidade política, assim como de símbolos e dinâmicas próprias, além do compartilhamento de



Lançamento do livro "As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres" durante a 3ª Ação Internacional da MMM

uma história comum. No Brasil, a data tornou-se parte do calendário de lutas do conjunto dos movimentos, com o esforço permanente para garantir o protagonismo das mulheres. Portanto, como uma dinâmica de luta, de mobilização e resistência, permanece como uma disputa política e depende do grau de organização e força das militantes feministas socialistas no movimento.

Um 8 de Março militante é parte do projeto de construção de um movimento de mulheres forte, capaz de atuar em conjunto e aglutinar as mulheres de outros movimentos sociais mistos em torno de uma plataforma que articule a luta pela igualdade entre mulheres e homens com a luta pela transformação das relações de classe e de raça. Em síntese, trata-se de atuar para que as lutas por igualdade, anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais sejam os eixos estruturadores do movimento de mulheres, de um movimento feminista e socialista.

Essa disputa não está colocada apenas para o movimento de mulheres. Dentro da esquerda, dos movimentos, partidos e organizações populares, ainda prevalecem visões equivocadas do que é o feminismo. Com frequência, o movimento e suas reivindicações são caracterizados como de classe média, intelectualizados, sem relação com o que se avalia

serem as necessidades das “mulheres comuns”. Ao mesmo tempo, a opressão das mulheres é vista por uma ótica culturalista, no plano das ideias, sem que se compreendam ou se admitam as contradições materiais concretas das relações sociais de sexo, que são a base efetiva da necessidade da organização própria das mulheres.

A força das ideias feministas – isto é, a força da luta pela igualdade entre mulheres e homens –, construiu-se por meio de amplas lutas sociais, em consonância com uma proposta de mudança anticapitalista.

Ao se completar um século desde que as mulheres socialistas, reunidas em Copenhague, aprovaram a proposta do Dia Internacional das Mulheres, a recuperação histórica do significado dessa data é uma contribuição importante para a reflexão sobre o que é constitutivo da luta feminista: a afirmação, cada vez mais, da autonomia e soberania das mulheres e de que a igualdade entre os sexos tem que ser parte fundamental de todos os processos de transformação. Esse é o lugar do 8 de Março na longa jornada das mulheres: reafirmar que sem socialismo não há feminismo, e sem feminismo não há socialismo.

* Nalu Faria é coordenadora da SOF.

I. A tradução do livro foi uma contribuição militante das participantes do grupo de estudos *Em tempo de feminismo*, que funciona na SOF desde 2008.

Creches e autonomia econômica das mulheres

Por Tica Moreno

Nos últimos anos, pesquisas realizadas pelo IBGE têm contribuído para visibilizar a enorme quantidade de trabalho doméstico realizada pelas mulheres, e também a desigualdade entre o tempo gasto por homens e mulheres na realização dessas tarefas. Chamamos de trabalho doméstico e de cuidados um universo de tarefas cotidianas realizadas tanto dentro de casa (limpeza da casa, lavar e passar roupas, preparar comida, ajudar as crianças a fazer a lição de casa, entre outras), como fora do âmbito doméstico, como a relação com a escola das crianças, com os serviços de saúde, o supermercado etc.

Em 2008, a média de tempo gasta semanalmente por homens nos afazeres domésticos (conforme denominado pela PNAD) era de 10 horas, enquanto a média das mulheres era de 25 horas. Essa diferença se amplia ao olharmos a quantidade de horas gastas por mulheres trabalhadoras rurais (27,6 horas) ou por mulheres na posição de cônjuges (29,2 horas). Além disso, há de se considerar fatores como a simultaneidade de tarefas que configuram essa intensa jornada das mulheres e a questão dos horários em que esse trabalho é realizado, pois a divisão sexual do trabalho faz com que as mulheres estejam sempre disponíveis para o cuidado.

A presença das mulheres no mercado de trabalho também é marcada pela divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza trabalho de homens e mulheres. Elas estão concentradas na informalidade, nas ocupações com jornadas mais flexíveis ou em tempo parcial, o que significa menor remuneração. Isto porque, ainda que os dados comprovem que cada vez mais famílias são chefiadas por mulheres, o salário das mulheres continua sendo considerado complementar ao do homem e corresponde, em média, a 65% do rendimento masculino.

A conciliação que a maioria das mulheres faz cotidianamente entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e de cuidados representa a principal forma de



Daniela Carrasco

No Brasil, apenas 8,6% das crianças que pertencem ao seguimento mais pobre frequentam creches

resolver, de maneira individual, esta desigualdade que estrutura as relações sociais. Outra saída muito presente na realidade brasileira é a contratação de empregadas domésticas para a realização deste trabalho. Esta é, atualmente, a principal ocupação feminina do mercado de trabalho, respondendo por 16,4%, sendo que a maioria das empregadas domésticas são negras e recebem ainda menos que a média de rendimento na sociedade. Mas nenhuma destas saídas – individuais – resolvem a questão da divisão sexual do trabalho. Pelo contrário, a primeira significa uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, e a segunda a precarização do trabalho de milhões de trabalhadoras. Além disso, ambas não alteram em nada a atual configuração da divisão sexual do trabalho e a desigualdade entre homens e mulheres.

A garantia de equipamentos públicos como creches e restaurantes populares tem comprovado alterar positivamente a situação econômica das mulheres. Indicadores mostram que, mesmo entre as mulheres de famílias com renda *per capita* de até R\$ 120,00, o fato de seus filhos frequentarem creche ou educação infantil significa um aumento em sua taxa de participação no

mercado de trabalho, maior presença no mercado formal com melhores ocupações, que remuneram melhor¹.

O acesso às creches é, portanto, um direito das mulheres que possibilita maior autonomia econômica e reconhecimento de seu direito ao trabalho. Mas apesar desta demanda ter sido aprovada como prioridade na última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o desafio para que este seja um direito garantido de fato ainda é grande. Em 2008, apenas 13% das mães brasileiras tinham sua demanda por creches atendida. Outra questão a ser alterada é o período de funcionamento das creches, que deve ser em tempo integral para possibilitar que as mulheres tenham condições de ocupar melhores postos de trabalho.

A garantia de creches públicas para todas as crianças é, portanto, uma reivindicação central para o movimento feminista, considerando que a socialização do trabalho doméstico e de cuidados é fundamental para a autonomia econômica das mulheres.

1. Dados retirados do livro "Trabalho doméstico e de cuidados", de Maria Lucia da Silveira e Neuza Tito (orgs.), publicado pela SOF

Cem anos de Pagu

Fotos: Reprodução



Em 2010, comemoramos cem anos do nascimento de Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu (1910-1962). Escritora, jornalista, militante comunista e um dos ícones da luta das mulheres brasileiras, Pagu fez história ao enfrentar os rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres na primeira metade do século XX e ousar desenvolver atividades reservadas apenas aos homens.

Para marcar a data e contar a trajetória de Pagu, será lançado o livro *Viva*

Pagu - Fotobiografia de Patrícia Galvão. O livro, de autoria de Lúcia Maria Teixeira Furlani e Geraldo Galvão Ferraz, filho de Pagu, traz material inédito, entre fotos e documentos reunidos por mais de vinte anos. Parte das imagens do livro integra a exposição “Viva Pagu”, em cartaz a partir do dia 1º de julho, na Casa das Rosas (Av. Paulista, 37), em São Paulo.

O livro é composto de três partes que retomam fases diversas da vida de Pagu. Na juventude, fez parte do movimento modernista. Foi detida inúmeras vezes por conta de sua militância política – foi a primeira mulher presa política no Brasil – e chegou a ser torturada durante o Estado Novo. A obra traz ainda textos e uma peça de teatro nunca publicada.

Cem anos após seu nascimento, Patrícia Galvão, a Pagu, segue como fonte de inspiração para a luta das mulheres brasileiras por igualdade e liberdade.

o que rola

“Carne” reflete sobre a relação entre capitalismo e machismo

Criada pela Kiwi Companhia de Teatro, a peça “Carne”, atualmente em processo de trabalho, discute as relações profundas entre patriarcado e capitalismo, mostrando o panorama da opressão de gênero e a situação da violência contra as mulheres no Brasil. A partir de trechos de livros, imagens publicitárias e símbolos presentes no cotidiano de mulheres de todas as classes, a peça busca, com força e irreverência, despertar a reflexão para situações que muitas vezes passam batidas, de tão recorrentes, mas que são muito sintomáticas do machismo e violência que enfrentamos em todas as esferas.

Trechos da peça têm sido apresentados em diversos eventos e festivais brasileiros e internacionais, inclusive durante a 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, na noite em que a marcha acampou em Cajamar. Segundo Fernanda Azevedo, integrante da Kiwi e atriz de “Carne”, a peça estará pronta em meados de agosto e deve ser apresentada em dois CEUs (Centros Educacionais Unificados) no mês de outubro.

O espetáculo “Carne” faz parte de um projeto que inclui mostras de filmes feministas, debates, oficinas de teatro para mulheres, entre outras atividades. Para Fernanda, iniciativas como estas são importantíssimas para afirmar a existência de grupos e trabalhos artísticos que não se submetem às leis do mercado e atuam à margem da indústria cultura: “Recebemos apoio da lei do fomento ao teatro para a cidade de São Paulo, uma das principais neste sentido”.

nº 70 Junho de 2010

ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria

Colaboradoras: Ana Maria Straube e Tica Moreno

Projeto Gráfico: Alexandre Bessa

Diagramação: Márcia Helena Ramos

Fotolito: SB Editora

Impressão: RWC Artes Gráficas

Tiragem: 1.500 exemplares

Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: (11) 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet: www.sof.org.br